

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT – 8 – Informação e Tecnologia

APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA COMO ALTERNATIVA PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS: UM REPOSITÓRIO PARA A BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

Tiago Leite Pinto (Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB)

Cláudio José Silva Ribeiro (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

TECHNOLOGICAL APPROPRIATION AS AN ALTERNATIVE FOR PUBLIC LIBRARIES: A REPOSITORY FOR THE BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Trata da apropriação tecnológica por bibliotecas públicas para torna-las locais de memória e oferecer novos serviços a seus usuários. Utiliza pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de dados e estudo de caso para trazer conceitos que dão base a pesquisa. Assim, são expostos os conceitos e características dos repositórios, seus tipos, softwares utilizados, possibilidade de interoperabilidade e políticas para o planejamento de repositórios. Os conceitos e características das bibliotecas públicas são utilizados para dar contexto ao campo empírico utilizado: a Biblioteca Parque da Rocinha. Apresenta a noção de que os repositórios são de grande relevância no contexto de acesso aberto à informação, auxiliando na sua organização, acesso e disseminação. A partir disso, infere que as bibliotecas públicas podem utilizar a tecnologia de repositório para gerenciar os conteúdos gerados por ela, pelos grupos que a utilizam ou que falem sobre ela de alguma forma, o que facilita a gestão e disseminação de sua memória e da região em que está inserida. Propõe ações ligadas às políticas para o planejamento de repositórios, a fim de garantir que a apropriação seja viável à Biblioteca Parque da Rocinha, além de sugerir parcerias que auxiliem nessa decisão. Espera-se contribuir para discussões sobre novas formas de utilização das tecnologias ligadas aos repositórios e a oferta de novos serviços pelas bibliotecas públicas.

Palavras-Chave: Apropriação tecnológica; Biblioteca pública; Biblioteca Parque da Rocinha; Repositórios digitais.

Abstract: This report approaches the technological appropriation made by public libraries in order to make them memory locations and to offer new services to their users. It makes use of bibliographic and documentary research, data collection and case study to bring up concepts that support the research. Thus, the concepts and characteristics of the repositories, their types, the software used, the possibility of interoperability and the policies for the planning of repositories are presented. The concepts and characteristics of public libraries are used to set the context to the empirical field used: Rocinha's Library Park. It presents the concept of repositories as of great relevance in the context of open access to information, helping in their organization, access and dissemination. From this, it is inferred that public libraries can use repository technology to manage the content generated by them, by the groups that use them or that talk about them in some way,

which facilitates the management and dissemination of their memory and of the neighborhood in which they are inserted. It proposes actions related to the policies for the planning of repositories, in order to ensure that the appropriation is viable to the Biblioteca Parque da Rocinha, in addition to suggesting partnerships that help in this decision. It is expected to contribute to further discussions on new ways of using technologies linked to the repositories and the offer of new services by public libraries.

Keywords: Technological appropriation; Public Library; Rocinha Park Library; Digital repositories

1 INTRODUÇÃO

O uso de tecnologias pelo ser humano é cada vez mais presente na atualidade. O desenvolvimento de outras formas de trabalho e a modernização na oferta de serviços incrementou a relação entre produtores e consumidores de informação. Neste sentido, as tecnologias voltadas para a organização, preservação, disseminação e acesso à informação, se tornam essenciais para as instituições de ensino e pesquisa, tanto na divulgação de resultados das investigações as quais estão envolvidas quanto na guarda para uso e reuso futuro.

Os repositórios digitais aparecem como tecnologias relevantes para a organização, preservação, disseminação e disseminação da informação científica das instituições ligadas ao contexto de Ciência e Tecnologia. Eles fazem parte de estratégias ofertadas pela iniciativa de acesso aberto¹ para a disseminação da informação com foco no acesso livre.

As instituições de ensino e pesquisa se destacam no uso de repositórios digitais, porém esta tecnologia pode ser apropriada por outros tipos de instituições com o mesmo propósito de organização, preservação, disseminação e acesso a informação, não somente científica, mas também cultural. O uso da tecnologia de repositórios pode surgir como inovação na oferta de serviços por diferentes instituições.

Entre as instituições que aparecem com possibilidades de apropriação dessa tecnologia estão as bibliotecas públicas. Estas bibliotecas se caracterizam pelo incentivo à leitura e à cultura, ambas ligadas à região em que se encontra. Além disso, segundo Nora (1993), elas são locais de memória, assim como arquivos e museus, podendo preservar toda a produção de conteúdo cultural de determinada região.

O objetivo deste relato é indicar a possibilidade de apropriação da tecnologia de repositório por uma biblioteca pública. O estudo se desenvolve a partir da verificação de políticas para: conteúdo, acesso, submissão, preservação, metadados, direitos autorais e licenças, contando também com a verificação de tipos de repositórios na literatura, softwares, bem como a possibilidade de se valer da interoperabilidade entre estes repositórios.

2 REPOSITÓRIOS DIGITAIS

Os repositórios foram concebidos como uma das estratégias ligadas ao movimento de acesso aberto, para promover acesso livre às informações científicas produzidas pelas instituições científicas. O movimento de acesso aberto vem

¹ <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>

[...] construindo as condições necessárias para permitir o acesso livre à produção científica de forma legítima, alterando não somente o processo de aquisição de informação científica, mas também a sua produção, disseminação e uso. (WEITZEL, 2006, p. 52).

Esse movimento designa duas estratégias para o acesso livre a informação científica: a via dourada, que se refere a disseminação de periódicos digitais de acesso aberto; e a via verde, que trata da criação de repositórios digitais, com objetivo de organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa. (JAMBEIRO et al, 2012).

Segundo Rosa, Meirelles e Palácios (2011), os repositórios constituem “[...] a democratização do acesso à produção científica e cultural das Instituições de Ensino Superior”.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) diz que os repositórios

São sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades universitárias. Ao fazê-lo, intervêm em duas questões estratégicas: contribuem para o aumento da visibilidade e o “valor” público das instituições, servindo como indicador tangível da sua qualidade; permitem a reforma do sistema de comunicação científica, expandindo o acesso aos resultados da investigação e reassumindo o controle acadêmico sobre a publicação científica. (IBICT, 2005).

Os repositórios também podem ser considerados sistemas de informação com a função de organizar, preservar, disseminar e dar acesso a produção de instituições, reunindo toda sua coleção digital e permitindo acesso de qualquer lugar do mundo. (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006; WEITZEL, 2006).

Leite (2009) posiciona os repositórios como um serviço de informação interoperável que gerencia a produção do conteúdo de uma instituição no ambiente digital. Permite a organização, preservação, arquivamento e ampla disseminação da informação pertencente a instituição. Camargo e Vidoti (2009) incluem ainda, que ele disponibiliza a criação de comunidades e coleções, cadastro e usuários, gestão de políticas e o autoarquivamento, além de possibilitar a diminuição no custo aquisição e publicação da informação, o que é representativo no que diz respeito ao acesso à informação por toda a sociedade.

Portanto, considera-se que os repositórios são inovações associadas a disseminação da informação e a produção do conhecimento, que permitem maior propagação e acesso as pesquisas realizadas. A preservação aparece como característica importante relacionada aos repositórios, uma vez que possibilita a guarda da produção coletiva, bem como da cultura de uma instituição, atuando como mecanismo para a memória.

2.1 Tipos de repositórios

Os repositórios podem ser classificados segundo seu objetivo: institucional, temático, teses e dissertações, além de repositórios para objetos educacionais.

Os repositórios institucionais têm por objetivo reunir, organizar e disseminar toda produção intelectual de determinada instituição e dos autores ligados a ela. (COSTA; LEITE, 2009; SHINTAKU; MEIRELLES, 2010). Eles podem incluir ainda documentos de diversas áreas do conhecimento, desde que sejam subprodutos de pesquisa desenvolvidas pela instituição que detém o repositório, permitindo ampla visualização de investigações dentro destas organizações.

Já o repositório temático é voltado a comunidades específicas de determinadas áreas do conhecimento, não necessitando de conteúdo desenvolvido por autores vinculados a instituições específicas. (CAFÉ, 2003; COSTA; LEITE, 2009). Apresentam como característica a possibilidade de aceitar colaboração de diversas instituições e autores, através do depósito voluntário, por exemplo.

Outro tipo de repositório que aparece na literatura é o de teses e dissertações. Estes são classificados pelo tipo de conteúdo que agregam. (COSTA; LEITE, 2009).

Há também os repositórios de objetos educacionais, que concentram conteúdo ligados a educação para o público no contexto geral e não apenas no científico.

O entendimento dos tipos de repositórios é aspecto importante, uma vez que pode indicar seu objetivo para cada uso, auxiliando na avaliação de uso para a apropriação tecnológica.

2.2 Softwares de apoio à gestão de repositórios

O processo de apropriação tecnológica de repositórios deve levar em consideração o conhecimento de softwares utilizados, uma vez que isso poderá influenciar nas atividades de implantação e uso, além de influenciar nas questões ligadas à interoperabilidade.

Segundo o *Open Doar*³, há diversos softwares para repositórios utilizados em todo mundo, porém dois se destacam como os mais utilizados: o DSpace e o E-Prints.

- *DSpace*

O DSpace é um software livre que utiliza uma estrutura hierárquica fundamentada em comunidades, coleções e itens. Isso facilita na organização do acervo, na busca e no processo de recuperação da informação, além de ser eficiente na gestão e manutenção

³ Diretório de repositórios de acesso aberto. O repositório passa a fazer parte das estatísticas após cadastro das instituições no sítio. (<http://www.opendoar.org/index.html>).

dos objetos e no desenvolvimento do repositório. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010; COSTA, LEITE, 2015). Ele foi “[...] desenvolvido num projeto entre o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e a *Hewlett Packard* (HP), foi tornado público e disponibilizado em Novembro de 2002”. (GOMES; ROSA, 2010). Tem como características a flexibilidade, uso de padrão de metadados *Dublin Core*, compatibilidade com diferentes sistemas operacionais, foco no problema de preservação em longo prazo, interface customizável, a capacidade de armazenar variados tipos e formatos de documentos e adoção do protocolo para interoperabilidade OAI-PMH, além de ser um *software* livre. (SAYÃO; MARCONDES, 2009; MARRA, 2012). Segundo Costa e Leite (2015), o DSpace é o software mais utilizado por repositórios na América Latina

- *E-Prints*

O *Eprints* é um *software* livre desenvolvido pela University of Southampton que permite comentários ao conteúdo depositado. Estes comentários são efetuados por autores cadastrados, por meio de recurso disponibilizado pelo próprio *software*. (WEITZEL, 2007; COSTA; LEITE, 2015). Para Sayão e Marcondes (2009), este *software* tem características parecidas com o DSpace, dentre elas a possibilidade de interoperabilidade pelo protocolo OAI-PMH e o uso de padrão de metadados *DublinCore*, além de ser um *software* livre e sem restrição aos tipos e formatos dos objetos submetidos. Porém, é compatível somente com os sistemas operacionais Unix e Linux, o que pode ser considerada uma limitação em determinados contextos.

O conhecimento dos softwares mais utilizados e suas características podem interferir decisivamente na tarefa de apropriação tecnológica. Além disso, é necessário refletir como será o funcionamento desta tecnologia após a apropriação, isto é, como ocorrerá o depósito (submissão) de objetos, os tipos e formatos de conteúdos aceitos, o acesso, os metadados utilizados, a preservação e os direitos autorais e licenças. Assim, pode-se afirmar que é oportuno verificar políticas para cada um destes aspectos.

2.3 Políticas para repositórios

As políticas devem ser elaboradas na fase de planejamento para a apropriação tecnológica de repositórios. Devem considerar os objetivos, a definição dos serviços, a equipe de trabalho, formas de depósito, tipos e formatos de documentos a serem submetidos e tudo aquilo que a instituição considerar necessário. São “documentos que regulamentam diversos

aspectos relacionados à existência e ao funcionamento dos repositórios”. (LEITE, 2012; COSTA; LEITE, 2015).

Existem níveis diferentes de políticas, entre elas estão a institucional, mandatária e de funcionamento. A política institucional determina a implantação, construção, povoamento, funcionamento, missão e objetivo, além de outras políticas complementares que sejam necessárias para um repositório. (CHALHUB; BENCHIMOL; GUERRA, 2012; CÔRBO; CARDOSO, 2016). Já a política mandatária tem relação direta com o depósito de objetos digitais no repositório e está essencialmente atrelada ao acesso livre. (NUNES; MARCONDES; WEITZEL, 2012; TORACI; SALCEDO, 2014; RODRIGUES; RODRIGUES, 2014). A política de funcionamento se relaciona aos serviços prestados pelo repositório, devendo concordar com as políticas da instituição e com as decisões tomadas durante o planejamento. (LEITE, 2009).

As políticas para um repositório são definidas conforme sua finalidade e não são definitivas, permitindo alterações em concordância com as necessidades da instituição. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010). Em conformidade com Sousa (2012), considera-se as políticas de conteúdo, direitos autorais e licenças, padrões, preservação, interoperabilidade, metadados, entre as abordadas para o planejamento de um repositório. Sanchez, Vidotti e Vechiato (2016), destacam as políticas de conteúdo, preservação, metadados, submissão, autoarquivamento e de acesso, como inerentes ao planejamento. A partir disso, para a proposta de apropriação tecnológica de um repositório pela BPR, consideram-se como base para as ações políticas no seu planejamento, as políticas de conteúdo, acesso, submissão, metadados, preservação e de direitos autorais e licenças. Logo é relevante verificar as características de cada uma.

- *Política de conteúdo*

A política de conteúdo é encarregada pelos tipos de objetos que serão depositados no repositório e seu gerenciamento. Além disso, ela deve considerar o estímulo ao depósito pelo autor. (LEITE, 2009). Shintaku e Meirelles (2010), complementam que ela irá auxiliar na definição dos metadados que serão implementados, por considerar os variados tipos de objetos existentes, como textos, imagens, áudios e vídeos, por exemplo. Esta política dará conta, também, dos formatos dos conteúdos que alternarão em concordância com os tipos de objetos, isto é, para texto tem-se o formato pdf., para áudio o mp3., para vídeo o mp4. e para imagem o jpg., por exemplo.

Isto pode determinar a ferramenta escolhida para apropriação, a sua customização e acesso ao conteúdo. (TOMAÉL; SILVA, 2007).

- *Política de acesso*

Segundo Shintaku e Meirelles (2010), a política de acesso abordará a permissão de acesso ao conteúdo do repositório, definindo as formas de embargo, restrição ou liberação do acesso. Medeiros e Ferreira (2014) complementam que essa política “determina os níveis e perfis de permissões de acesso aos itens depositados no RI, abrangendo questões como padronização dos metadados e as restrições de acesso à informação”. É relevante observar que a política de acesso, além de determinar o acesso ao conteúdo do repositório, controlará o acesso dos indivíduos ao repositório, influenciando na submissão de conteúdo.

- *Política de submissão*

Conforme Shintaku e Meirelles (2010, p. 23), a submissão “é o processo pelo qual um objeto digital é depositado, percorrendo todas as etapas necessárias desde o início da submissão até que o item esteja disponível para acesso.” Há dois tipos de depósitos mais frequentemente utilizados pelos repositórios: o autoarquivamento, aquele onde o autor inclui o objeto e fica automaticamente disponível para uso; e o submetido pelo autor ou submissão mediada, onde o autor submete ao repositório para que outro verifique e faça o arquivamento. (LEITE, 2009; PAIVA; GIANNASI-KAIMEN, 2011). A partir disso, a política de submissão, de acordo com Medeiros e Ferreira (2014), deve definir as regras e os tipos de submissão que a instituição dispõe para o repositório e orientar como os autores farão o depósito.

- *Política de metadados*

A política de metadados criará um padrão para preenchimento e uso dos dados que poderão ser descritos de uma única forma por várias instituições, logo, um repositório terá metadados para cada objeto depositado. (LEITE, 2009; PARANGABA, 2016). Ela é indispensável na adoção padrões, na definição do grau de interoperabilidade, na estratégia de *open access*, na conexão e preservação de conteúdo. (TOMAÉL; SILVA, 2007). São exemplos de metadados o *Dublin Core*, o RDF, o METS, o MODS, o ETDMS, o MTD-BR10, o LOM, o EAD e o MPEG-7, sendo o *Dublin Core* e o RDF os mais inteligíveis, genéricos e amplamente utilizados. (TOMAÉL; SILVA, 2007; SHINTAKU; MEIRELLES, 2010). A escolha de um padrão de metadados auxiliará na preservação do conteúdo.

- *Política de preservação*

Segundo Costa e Leite (2015), a política de preservação, representa “[...] o planejamento e o compromisso assumido pelo repositório com a garantia da preservação em longo prazo dos documentos depositados”. Esta política tratará da preservação do objeto digital a longo prazo, porém deve-se observar o avanço tecnológico como fator relacionado aos acervos digitais e a criação de objetos digitais, em casos de digitalização, fiéis aos originais, pensando na segurança da informação. (MARRA, 2012). Segundo Tomaél e Silva (2007), a política de preservação digital não deve considerar somente o objeto digital, mas também preservação física no que tange as mídias e a preservação lógica referente aos formatos. Logo se torna relevante adotar algumas estratégias, como a preservação tecnológica, a migração, a emulação, o encapsulamento, o uso de estrutura de metadados, uso de identificadores persistentes, redes de distribuição de preservação digital, estratégias de backup e levar em consideração os formatos dos objetos que povoarão o repositório.

- *Políticas de direitos autorais e licenças*

A política de direitos autorais e licenças deve incluir aspectos ligados as licenças de *software*, além de licença para publicação e distribuição de conteúdo. Esta última merece atenção especial, pois há grande facilidade na cópia de conteúdo digital, por ser acessado facilmente por vários usuários. (TOMAÉL; SILVA, 2007; SAYÃO; MARCONDES, 2008). Segundo Leite (2009), dois tipos de licenças são mais utilizados pelos repositórios, a licença de depósito, que permite a distribuição e preservação pelo repositório, e a licença de uso, que regula o uso que pode ser feito do conteúdo. Para Sayão e Marcondes (2009) um repositório precisa de “licenças flexíveis e inovadoras que lhes permitam, de forma legal, criar arquivos e coleções, gerar serviços compatíveis com as necessidades atuais e futuras de seus usuários e praticar estratégias apropriadas de preservação digital.” Assim, se tem por exemplo a licença *Creative Commons*⁴, que possibilita publicar e disponibilizar os conteúdos digitais, permitindo a cópia, reuso, modificação, composição e ampliação do conteúdo digital original sob determinadas condições, isto é, desde que sejam garantidos alguns direitos.

⁴ <https://br.creativecommons.org/>

Verifica-se que as políticas são importantes para o planejamento de um repositório, logo, são relevantes para preparar a etapa de apropriação da tecnologia. Elas devem considerar diversos fatores, para permitir um funcionamento que atenda a todos os usuários e oferte novos serviços à comunidade.

2.4 Interoperabilidade e federação de repositórios

A interoperabilidade garante que sistemas, procedimentos e ações culturais de uma instituição, sejam geridos de forma a potencializar o intercâmbio, troca e uso de informações. Ela independe de determinada plataforma tecnológica ou *softwares*, mas exige que as instituições estejam ligadas em rede para que haja um sistema de busca interoperável ao usuário. A interoperabilidade “dá margem à realização, de fato, do conceito de repositórios digitais distribuídos -vasto conjunto de estoques de recurso digitais sediados e mantidos por organizações distintas, que, no entanto, se unificam na perspectiva do usuário”. (SAYÃO, 2007).

Segundo Andrade e Oliveira (2012), a interoperabilidade permite ao usuário acessar a conteúdo disposto em vários repositórios de um único local. Isto facilita a busca, recuperação e uso da informação, além de maximizar os recursos informacionais dos repositórios. (GOMES; ROSA, 2010).

A interoperabilidade ocorre em alguns níveis, sendo a colheita automática de dados a forma mais básica e a federação a forma mais complexa de interoperabilidade.

A colheita automática de dados é realizada a partir do protocolo OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*), que viabiliza uma forma padrão para disponibilizar os metadados que serão alvo de colheita em repositórios digitais. Ele é adequado para “a recuperação de grandes conjuntos de metadados de repositório” (RODRIGUES et al, 2011).

A federação se caracteriza pela integração de vários repositórios que trocam informações entre si e propiciam ao usuário uma busca mais ampla de um único local. (SAYÃO; MARCONDES, 2008). Ela é importante, pois minimiza o tempo do usuário na busca e permite o acesso a vários conteúdos de um único lugar. Apesar de despender um esforço grande das instituições parceiras, a federação viabiliza a ampliação do acervo e possibilita o uso de novas coleções, além de permitir a integração entre vários serviços e acesso a recursos disponíveis em outros repositórios.

A ideia de interoperabilidade pelo recurso da federação pode ser de grande valia quando se pensa na apropriação de repositórios pela BPR, uma vez que pode aumentar consideravelmente seu acervo, incrementar a oferta novos serviços e auxiliar na inclusão da sociedade no contexto científico.

3 A APROPRIAÇÃO DA TECNOLOGIA DE REPOSITÓRIOS POR BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

No Brasil foram encontrados, a partir de uma pesquisa realizada com o objetivo de verificar a oferta de serviços em meio digital pelas bibliotecas públicas das capitais brasileiras, dois casos de apropriação da tecnologia de repositórios por bibliotecas públicas, a Biblioteca Virtual Consuelo Pondé e a Biblioteca Virtual do Natal. Assim, considerou-se relevante analisar algumas características, dentre elas: softwares utilizados, tipos de conteúdo depositados, a utilização feita pelas respectivas comunidades, uso de coleções, organização do acervo, abordagem de acesso livre, além da utilização de parcerias no processo de adoção da tecnologia.

A Biblioteca Virtual Consuelo Pondé é especializada em história da Bahia. Ela faz parte do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia, da Fundação Pedro Calmon (FPC). Possui um acervo diversificado, composto por obras em domínio público ou que foram autorizadas para distribuição e uso pelos autores. Seu acervo está dividido em coleções que abrangem o acervo digital da FPC, artigos, documentos históricos, livros e/ou capítulos, periódicos, teses, dissertações e outros. O acervo é composto por conteúdo de diferentes formatos, como textos, imagens e vídeos.

Outro ponto significativo é a utilização do *software DSpace*, o mais usado para repositórios. Com o uso desse *software*, a biblioteca consegue organizar seu acervo e viabiliza a interoperabilidade com outros repositórios, por meio do protocolo OAI-PMH. Salienta-se que esta biblioteca disponibiliza acesso ao conteúdo para *download* ou por *links* que direcionam até o objeto.

A Biblioteca Virtual do Natal (BVN) tem o objetivo de democratizar o acesso à informação que é produzida sobre a cidade de Natal e região metropolitana. É uma iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento em parceria várias instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); Centro

Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN); Faculdade de Natal (FAL); além da Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (FATERN).

Nesta biblioteca pode-se perceber que o acervo está dividido em temáticas sobre a cidade de Natal, tratando de políticas públicas, gestão metropolitana e cidades interativas, funcionando como coleções para a organização do acervo. Este é composto por livros, dissertações, artigos, patentes, notícias, eventos, fotos, vídeos e áudios produzidos em institutos de pesquisa ou individualmente, em variados formatos. Assim a BVN permite a submissão direta pelo autor, uma característica de destaque utilizada pelos repositórios.

A BVN utiliza um *software* próprio para seu funcionamento, contudo, percebe-se que se apropriou das características encontradas nas tecnologias de repositórios.

A utilização de parcerias constitui ponto importante na reflexão sobre a BVN, uma vez que se vale de vários parceiros, incluindo instituições de ensino e pesquisa, para se constituir como ferramenta de acesso e disseminação da informação.

Ao analisar estas duas bibliotecas, notou-se características que devem ser levadas em consideração para a apropriação da tecnologia de repositórios pela BPR. É possível destacar: a variedade de tipos de conteúdo que podem absorver; o uso de diferentes formatos; a organização do acervo se valendo das possibilidades ofertadas pela tecnologia; as possibilidades de interoperabilidade; o acesso livre a informação e a instituição de parcerias para seu funcionamento.

4 METODOLOGIA

Para recomendar a apropriação tecnológica foi utilizada pesquisa bibliográfica, a fim de conceituar os repositórios e a biblioteca pública, bem como reunir características que indicassem a possibilidade de adoção da tecnologia. Foram explorados os tipos de repositórios, *softwares* utilizados, políticas que envolvessem o povoamento, acesso, conteúdo, direitos autorais, licenças e preservação dos objetos no repositório.

O estudo de caso caracterizou-se por um levantamento sobre o conteúdo da Biblioteca Parque da Rocinha (BPR), para que pudesse fazer parte da plataforma gerada após a apropriação.

Estes levantamentos ocorreram dentro da própria BPR e na internet, levando em consideração os conteúdos produzidos pelos grupos culturais e sociais da Rocinha e que frequentam a biblioteca. São exemplos desses grupos o Cia Semearte e o GBCR, que produzem

conteúdo, principalmente vídeos juntamente com seus participantes, e disponibilizam em sites na internet, como o *YouTube*.

4.1 MARCO EMPÍRICO – A BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

A Biblioteca Parque da Rocinha se encontra em uma das maiores comunidades do país, a Rocinha. Esta região concentra, segundo o Censo Domiciliar realizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2010, quase 10 mil moradores. Isto apresenta todo potencial de atendimento a usuários da BPR.

A BPR está dentro do conceito de bibliotecas parque seguido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que se apoiou nas bibliotecas parque colombianas. Na Colômbia, mais precisamente nas cidades de Medellín e Bogotá, as bibliotecas parque foram implantadas em áreas onde eram altos os índices de violência e baixo nível educacional, após a implantação dessas bibliotecas, o nível educacional aumentou e diminuiu o índice de violência. (BAZILIO, 2014). Elas foram iniciativas do próprio governo, como políticas para o combate à violência, oferecendo acesso a informação e conhecimento e gerando oportunidade de mudanças sociais na região. (MEDEIROS; OLINTO, 2012).

O cenário brasileiro é parecido com os de cidades colombianas, com seus problemas de ordem social, ligados a educação e a violência. (MARANHÃO, 2015). Isto inspirou, segundo Bazilio (2014), a criação das bibliotecas parques do Estado do Rio de Janeiro, como iniciativa do Governo do Estado e com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC). A Rede de Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro conta com quatro unidades, são elas: Bibliotecas Parque de Manguinhos, em 2010; Biblioteca Parque de Niterói, em 2011; Biblioteca Parque da Rocinha, 2012; e a Biblioteca Parque Estadual, em 2014. Elas modelos de bibliotecas públicas e estão inseridas no cotidiano do local que atendem, uma vez que romperam os laços com as bibliotecas tradicionais e funcionam como polos de cultura, educação e incentivo à leitura.

Segundo Maranhão (2015) a BPR foi “[...] o resultado da mobilização de moradores da favela ligados ao meio cultural e de pessoas preocupadas com melhorias para a cidade do Rio de Janeiro [...]” Ela está inserida no processo de mobilização popular dentro das favelas do Rio de Janeiro, mesmo com a difícil relação da esta população com o Governo do Estado no decorrer dos anos. A BPR pode ser considerada uma forma de dar a população da Rocinha acesso a um espaço cultural próximo de sua casa, já que, no Rio de Janeiro, a maior parte dos

espaços culturais ainda se encontram centralizados entre a região central e a zona sul carioca. (MARANHÃO, 2015).

A BPR está instalada em cinco andares, sendo o primeiro uma videoteca, no segundo há o teatro, no terceiro a internet livre, no quarto o acervo, no quinto andar um espaço para palestras e uma cozinha industrial para cursos.

É constante a frequência de grupos sociais e culturais na biblioteca, são exemplos a Cia Semearte e o GBCR. Estes grupos produzem conteúdo na biblioteca, sobre eles ou sobre a Rocinha. Em geral são produzidos vídeos, o que poderia constituir memória cultural para a região em que a BPR está inserida. Ao considerar esta informação, segundo a visão para bibliotecas, arquivos e museus apresentadas por Nora(1993), pode-se inferir que a BPR é um local de memória.

A proposta de apropriação da tecnologia de repositórios pode auxiliar na gestão de conteúdo produzido pela BPR, por grupos culturais ou sociais da região, ou ainda por conteúdo que esteja disperso em outras bases, mas que abordem a Rocinha de alguma forma. Assim a BPR faz seu papel de detentora e disseminadora da memória local, realizando uma das missões da biblioteca pública.

5 PROPOSTA DE AÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DO REPOSITÓRIO: AS POLÍTICAS

Salienta-se que as bibliotecas devem buscar a oferta de serviços informacionais de excelência, adaptando-se aos avanços tecnológicos que as cercam. Essas mudanças cobram das bibliotecas, serviços para além da guarda e disseminação de documentos.

A partir da análise de bibliotecas brasileiras que realizaram a apropriação tecnológica de repositórios, se torna relevante verificar ações para o funcionamento da tecnologia após o apoderamento. Essas ações são relacionadas as políticas adotadas por repositórios e indicadas na subseção 2.3, referentes ao conteúdo, acesso, submissão, metadados, preservação e de direitos autorais e licenças.

- *Ações para a política de conteúdo*

As ações para uma política de conteúdo devem considerar os tipos e formatos dos objetos que poderão fazer parte do acervo da biblioteca após a apropriação tecnológica. Assim a padronização dos formatos é conveniente, pois é interessante que se trabalhe com formatos mais populares, de fácil acesso e utilização. Logo, os documentos produzidos pela BPR ou pelos grupos culturais e/ou sociais devem utilizar

formatos como *pdf* (para textos); *jpg* (para imagens); *mp3* (para áudios) e *mp4* (para vídeos).

Por se tratar de uma biblioteca pública e pela apropriação tecnológica representar a afirmação da BPR como disseminadora da memória local, ela deve abranger a maior variedade de tipos de conteúdo possíveis, desde textos, imagens, áudios, vídeos e outros. Isto permite que mais conteúdo seja produzido e disseminado pela biblioteca.

- *Ações para a política de acesso*

A política de acesso definirá os tipos de acesso de cada usuário. Entre as formas de acesso estão o livre e o restrito. O acesso livre possibilitará o acesso às informações e conteúdo disponibilizado, permitindo a visualização e uso do conteúdo, bem como *download* de acordo com as licenças e direitos autorais fornecidos. Já o acesso restrito considerará a segurança dos dados, definindo quem poderá acessar as informações restritas associadas à tecnologia e ao depósito de conteúdo, podendo ser realizado mediante cadastro prévio do usuário.

- *Ações para a política de submissão*

Esta política tratará diretamente do depósito de conteúdo, logo da constituição do acervo. Ela envolverá o autoarquivamento e a submissão direta ou mediada. O autoarquivamento facilitará o trabalho da equipe responsável e tornará mais dinâmica a tecnologia em uso, pois o autor fará o depósito e o conteúdo estará automaticamente disponível para o acesso. É necessário cuidado com a utilização do autoarquivamento, pois deve-se treinar ou dispor de guias para a submissão, gerando assim confiabilidade sobre as informações disponibilizadas. O ideal é que algum componente dos grupos culturais e sociais fique responsável por esta função. Outra possibilidade é a submissão mediada. O autor fará o depósito e a equipe responsável por mediar o depósito o analisará, mas somente após este processo o conteúdo ficará disponível. Isto restringe o processo de arquivamento somente a alguns indivíduos.

- *Ações para a política de metadados*

O uso de um padrão de metadados interfere diretamente na interoperabilidade e no seu preenchimento. É importante que, assim como os formatos dos conteúdos, se utilize metadados mais comuns às outras instituições. Logo, uma alternativa é o padrão *DublinCore*, pois este é considerado como o mais utilizado em repositórios. Isto facilita a interoperabilidade e a busca por informações sobre como é utilizado por outras

instituições. Para o preenchimento dos dados é relevante utilizar normas já consolidadas e de conhecimento geral, como o AACR2, para as entradas de autores, datas, títulos entre outros, e a ABNT, em especial a NBR 6023, para a construção de referências, o que facilita a citação dos objetos disponíveis.

- *Ações para a política de preservação*

Esta ação deve considerar a preservação do conteúdo e a tecnológica. Assim é significativo contemplar as estratégias citadas por Ferreira (2006) e Weitzel e Mesquita (2015), em relação a preservação tecnológica, a migração, a emulação, o uso de estrutura de metadados, identificadores persistentes, redes de distribuição de preservação digital, estratégias de backup e ponderar os formatos dos objetos que povoarão o repositório.

- *Ações para a políticas de direitos autorais e licenças*

Os direitos autorais se fazem necessários para o controle dos conteúdos depositados, além de determinar seu acesso e uso. Logo, como uma biblioteca pública, é relevante que esta ofereça licenças flexíveis, pois facilita o acesso, o uso da informação e a preservação tecnológica. Licenças como o *Creative Commons* e suas respectivas atribuições (ou características para licenciamento) devem ser ponderadas, pois permitem publicar e disponibilizar conteúdos digitais, combinando a cópia, a modificação, a composição e a ampliação do conteúdo. Elas são interessantes para dar a este tipo de ambiente uma interatividade com o usuário, permitindo que sejam mantidos os direitos aos autores dos conteúdos sob determinadas condições.

A partir da reflexão das bibliotecas brasileiras que já se apropriaram da tecnologia de repositórios, unidas as ações para o funcionamento desta tecnologia após seu apoderamento, pode-se cogitar um cenário para a BPR se valer dessa tecnologia. Este cenário seria o suporte para a oferta de novos serviços a seus usuários, bem como viabilizar que a BPR se apresente como guardião da memória local, mesmo em meio digital.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de apropriação tecnológica de repositórios pela BPR não é algo impossível, visto que outras bibliotecas públicas já o fazem e servem de apoio para a proposta aqui sugerida. Assim, foi relevante considerar as características dessa biblioteca e como essa tecnologia se enquadraria em sua realidade.

O uso da tecnologia por bibliotecas públicas pode afetar positivamente na oferta de novos serviços e na interatividade com seus usuários. Ademais, este relato indicou que o uso da tecnologia de repositórios pode auxiliar na formação de um local de memória da região em que a biblioteca está inserida, abrangendo a memória em formato digital.

Para a apropriação tecnológica foi necessário avaliar o que já existe, bem como as possibilidades de uso futuro da tecnologia. Logo, torna-se necessário refletir sobre as ações e políticas para seu funcionamento, para sua implantação e para a manutenção de conteúdo no futuro.

Verificou-se que as bibliotecas que já se apropriaram da tecnologia de repositórios se valeram de parcerias para sua implantação e funcionamento. Isto seria interessante para o caso da BPR, uma vez que seus parceiros poderiam manter seu funcionamento, mesmo que a biblioteca esteja fisicamente de portas fechadas, como ocorre atualmente.

Até o fechamento deste relato, todas as Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro estavam de portas fechadas. Devido à falta de repasse da verba, as bibliotecas continuam fechadas desde Dezembro de 2016. Apesar disso, espera-se que este trabalho motive novas discussões sobre o papel SEdas bibliotecas públicas na sociedade, bem como o uso de novas tecnologias por estas instituições.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Morgana Carneiro; OLIVEIRA, Elis Silva de. Interoperabilidade entre os repositórios institucionais brasileiros: uma análise preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3785/2908>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

BAZILIO, Ana Paula Matos. **Mediação, leitura e inclusão social**: um caminho para ação cultural na biblioteca pública – o caso das Bibliotecas Parque. 2014, 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/1532>>. Acesso em: 25 maio. 2017.

CAFÉ, Lígia et al. Repositórios institucionais: nava estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_ENDOCOM_TRABALH_O_cafe.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2017.

CAMARGO, Liriane S. A. de.; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Arquitetura da informação para repositórios digitais. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

CHALHUB, T.; BENCHIMOL, A.; GUERRA, C. B. Open access via repositories: policies of brazilian institutions. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 17, n. esp.2, p. 159-173. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/12582>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto; CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo. política institucional de informação no Colégio Pedro II: diretrizes para a implantação de repositório institucional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: UFAM, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/anaisnibu/article/view/3261>>. Acesso em: 19 maio 2017.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando. Repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica da América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2663/1139>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e atuais consensos. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/5820>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Orgs.). **Repositórios institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: Edufba, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/616>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Glossário**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=43&Itemid=77>. Acesso em: 13 dez. 2016.

JAMBEIRO, Othon et al. Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para produção acadêmica. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 143-155, jul.dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/14362>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

LEITE, Fernando César Lima. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto, Brasília, DF: Ibict, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/4841>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MARANHÃO, Júlia de Brito Ponce. **Biblioteca parque da rocinha**: cotidiano, cultura e cidadania num equipamento cultural carioca. 2015, 138 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13703>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

MARRA, P. C. S. C. O papel das bibliotecas universitárias na comunicação científica: um estudo sobre os repositórios institucionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. esp.2, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p174/23563>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MEDEIROS, Simone Assis; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Política pública de acesso aberto à produção científica: um estudo sobre a implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 195-297, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/16213>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MEDEIROS, Ana Lígia Silva; OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e o futuro: as bibliotecas estaduais brasileiras na era da internet. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3789/2912>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 14 set. 2016.

NUNES, Renato Reis; MARCONDES, Carlos Henrique; WEITZEL, Simone da Rocha. Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/1234567>>

PAIVA, M. R. R.; GIANNASI-KAIMEN, M. J. Proposta de uma política de informação para a implementação de um repositório temático institucional em moda e design da Universidade Estadual de Maringá. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,

12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011. Disponível em:
<<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/>

PARANGABA, Cristiane Rozeno. Catálogo de dados dos trabalhos científicos de gestão ambiental e saúde da escola nacional de saúde pública sérgio arouca (ensp/fiocruz): proposta. In: fórum nacional de repositórios digitais, 1., 2016, Natal. **Anais...** Natal, UFRN, 2016. p. 316-336. Disponível em:
<<http://bczm.ufrn.br/forumrd/index.php/repositoriosdigitais/index>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

RODRIGUES, Alessandra Pereira et al. A interoperação com repositórios digitais: protocolos e exemplos. **Ciência da Informação**., Brasília, DF, v. 40 n. 3, p.349-363, set./dez., 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1294>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

RODRIGUES, M. E. P.; RODRIGUES, A. M. M. N. Avaliação da eficácia da “política mandatária” em repositórios: um estudo de caso no instituto politécnico de castelo branco – portugal. **AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17371>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ROSA, Flávia; MEIRELLES, Rodrigo França; PALACIOS, Marcos. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 129-141, jan./abr. 2011. Disponível em:
<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010202&dd1=9a7a8>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SANCHEZ, Fernanda Alves; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; VECHIATO, Fernando Luiz. A contribuição da curadoria digital em repositórios digitais. In: FÓRUM NACIONAL DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS, 1., 2016, Natal. **Anais...** Natal, UFRN, 2016. p. 265-282. Disponível em: <<http://bczm.ufrn.br/forumrd/index.php/repositoriosdigitais/index>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. **Software livres para repositórios institucionais**: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473> >. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____; _____. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 133-148, maio/ago. 2008. Disponível em:
<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000484&dd1=e422a>>. Acesso em: 4 maio 2015.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769> >. Acesso em: 13 out. 2016.

SOUSA, Beatriz Alves. Proposta de Criação de um Repositório Institucional para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. **RBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 66-84, ago. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/196>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

TOMAEÍL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5—142.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

TORACI, V.; SALCEDO, D. A. Cenário mundial de políticas públicas de acesso livre: mapeamento e análise ? world panorama of public policies on free access: mapping and analysis. **Liinc em revista**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/22759>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

VIANA, Cassandra Lúcia de Maya; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Repositórios institucionais baseados em DSpace e Eprints e sua visibilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8834/>>. Acesso em: 11 jan. 2017

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004195&dd1=c3950>>. Acesso em: 8 dez. 2016.

_____. Tendências para adoção e uso de repositórios digitais: estudo de caso da área das ciências da comunicação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/zpaper/viewFile/2955/2082>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____; MESQUITA, M. A. A. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região sudeste do Brasil. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 181-196, maio 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17244>>. Acesso em: 16 fev. 2017.